

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS – 50 anos

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS

SUMÁRIO

Criação do ComOpNav
A união e a desvinculação da Diretoria-Geral de Navegação
Estrutura organizacional e missão
Entenda melhor a missão
Principais operações
Ordem do Dia da comemoração do Cinquentenário do ComOpNav

CRIAÇÃO DO COMOPNAV

O Comando de Operações Navais (ComOpNav) nasce fundamentado no Decreto 62.860, de 18 de junho de 1968, que estabeleceu a Estrutura Básica da Marinha do Brasil (MB) durante o governo do Marechal Arthur da Costa e Silva, sendo ministro da Marinha o Almirante de Esquadra Augusto Hamann Rademaker Grünewald.

Até então, o órgão responsável pelas funções operativas em alto nível na Marinha era o Estado-Maior da Armada. Com isso, essas funções passaram a ser

atribuídas à nova Organização Militar, embora seu comandante tenha acumulado o cargo com o de chefe do Estado-Maior da Armada durante algum tempo.

A criação do ComOpNav decorreu da mudança da cúpula naval para a recém-inaugurada capital federal do Brasil. Com a transferência da estrutura administrativa da Marinha para Brasília, nasceu a necessidade do estabelecimento de um Comando Operativo junto ao contingente principal da Esquadra, sediada no Rio de Janeiro, configurando um dos atos de descentralização administrativa da Marinha de Guerra.



Almirante de Esquadra Antonio Borges da Silveira Lobo, primeiro Oficial General a exercer exclusivamente o cargo de Comandante de Operações Navais

Assim, uma das premissas desse processo foi a continuidade de uma Marinha de Guerra permanentemente operando, preparando e empregando suas Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais, sob o controle e supervisão do novo Comando.

Esse princípio também norteou outra atribuição do ComOpNav: a criação do Serviço de Busca e Salvamento da Marinha (Salvamar), em 20 de fevereiro de 1970. Assim, era preciso estar em permanente disponibilidade para garantir a segurança do tráfego marítimo e fluvial nas Áreas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

A UNIÃO E A DESVINCULAÇÃO DA DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

A Diretoria-Geral de Navegação (DGN) também foi criada pelo Decreto

62.860, de 1968. A DGN foi, durante muitos anos, classificada como Organização Militar sem autonomia administrativa, apoiada em pessoal, material e finanças pelo ComOpNav e sendo, por muitas vezes ao longo de sua história, comandada pelo mesmo almirante de esquadra.

Em 1º de junho de 2015, o comandante da Marinha concedeu autonomia à DGN, tendo suas atividades e sua organização aprovadas pelo chefe do Estado-Maior da Armada. A cerimônia de Transmissão de Cargo foi realizada no dia 3 de agosto e marcou um momento histórico para a MB, com a passagem de comando da DGN do Almirante de Esquadra Elis Treidler Öberg para o Almirante de Esquadra Paulo Cezar de Quadros Küster. O Almirante Öberg, que até então acumulava os cargos de DGN e de Comandante de Operações Navais (CON), passou a ficar exclusivamente à frente do ComOpNav.

A reestruturação da DGN foi proveeniente, dentre outros aspectos, da necessidade de atender às crescentes demandas referentes à Autoridade Marítima, como o aumento da movimentação de navios nos portos e dos pedidos de pesquisas científicas em Águas Jurisdicionais Brasileiras, bem como o incremento da navegação de cabotagem e dos levantamentos hidrográficos pós-dragagens.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E MISSÃO

O ComOpNav tem como titular um comandante, cargo exercido por um almirante de esquadra, auxiliado por um chefe do Estado-Maior, um chefe de Gabinete e quatro subchefias: de Organização, de Inteligência Operacional, de Operações e de Logística e Plano Diretor.

Sua missão é prestar e empregar as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros

Navais subordinadas, a fim de contribuir para a defesa da Pátria, para a garantia dos poderes constitucionais e da Lei e da Ordem, para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei e para o apoio à política externa.

ENTENDA MELHOR A MISSÃO

Defesa da Pátria

É no período de paz que as Forças Armadas (FA) se preparam para o emprego nos períodos de crise ou conflito, vislumbrando os cenários em que poderão ser aplicadas e elaborando seus planejamentos decorrentes. É também nesses períodos que se busca obter os meios necessários para respaldar as ações planejadas. No entanto, o adestramento, atividade recorrente e diuturna, é a que exige maior esforço, de modo a capacitar o pessoal e os meios para conduzirem as operações previstas na Doutrina Militar Naval.

Garantia dos poderes constitucionais e da Lei e da Ordem

A legislação exige, além da autorização do Presidente da República, o atendimento de algumas condicionantes para o uso das FA em Garantia da Lei e da Ordem (GLO), tais como: emprego episódico, ocorrer em área previamente definida e ser da menor duração possível, além de estarem esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme previsto no artigo 144 da Constituição Federal.

Cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil

Enquadram-se nas ações de cooperação com o desenvolvimento nacional toda

participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social, abrangendo, portanto, muitas das atividades empreendidas pelo Governo.

Implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos no mar e nas águas interiores

Ocorre em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas. Para desempenhá-la, a MB dispõe de dois instrumentos: as Patrulhas e as Inspeções Navais.

A Patrulha Naval tem a finalidade de implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos em Águas Jurisdicionais Brasileiras, na Plataforma Continental brasileira e no alto-mar, respeitados os tratados, as convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil.

Já a Inspeção Naval consiste em uma atividade administrativa voltada exclusivamente para a fiscalização da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lesta), englobando a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção da poluição ambiental.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

Singulares

Aspirantex

Realizada com o propósito de adestrar os navios da Esquadra, suas tripulações e, principalmente, motivar os aspirantes da Escola Naval para a carreira e a vida no mar. A atividade contribui para a orientação dos aspirantes quanto à opção de corpo (Armada, Intendência e Fuzileiros Navais) e na escolha de habilitação militar (Mecânica, Eletrônica e Sistemas de Armas).



Navios e aeronave em exercício

Aderex

A Operação, que não era realizada desde 2014, foi retomada em 2017, com a participação das fragatas *Constituição*, *Independência* e *Rademaker*; da Corveta *Barroso* e do Navio-Tanque *Almirante Gastão Motta*. Os exercícios, realizados em uma área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro e Santos, foram importantes para o adestramento das tripulações, tendo o destaque ficado para a realização de “Trânsito com Oposição de Submarino”, envolvendo os meios de superfície, dois helicópteros SH-16 e, pela primeira vez, um avião P3-AM da Força Aérea Brasileira (FAB), simultaneamente.

Missilex

Considerada aquela que vem coroar o adestramento da Esquadra, por envolver o emprego de armamento real, bem como pelo apelo motivacional para as tripulações. A Operação desenvolve o emprego coordenado de mísseis, torpedos, bombas, canhões e metralhadoras.

Ribeirex

Maior operação realizada na região amazônica. Incorpora exercícios de controle do tráfego fluvial no Rio Amazonas e desembarque de Fuzileiros Navais para adestramento da tropa em Operações Ribeirinhas.

Incursex Opesp

Realizada na Ilha da Marambaia, com o propósito de adestrar grupos de Comandos Anfíbios na realização de Incursão Anfíbia, nucleando a Força de Incursão Anfíbia, empregando meios navais, aeronavais e da FAB para infiltração.

Celeiro Sul e Fronteira Sul

As Operações, que acontecem sob a jurisdição do Comando do 6º Distrito Naval (Ladário-MS), envolvem exercícios de Operações Ribeirinhas, a fim de incrementar o nível de adestramento das Organizações Militares envolvidas em sua execução. São realizadas Patrulhas e

Inspecções Navais, levantamentos hidrográficos e ações de assistência hospitalar.

Bodó

Visa prevenir e reprimir delitos transfronteiriços e ambientais na área de fronteira do Comando do 9º Distrito Naval (Manaus-AM). Em 2017, foram empregados 1.508 militares, embarcados nos navios-patrolha fluvial *Pedro Teixeira*, *Raposo Tavares*, *Rondônia* e *Roraima*. Foram inspecionadas 329 embarcações e apreendidos 1.725 kg de drogas, bem como armamento e munição de uso restrito das FA.

Conjuntas

Atlântico

Tem como propósito promover a defesa da soberania marítima e das garantias da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. São realizados exercícios de proteção da infraestrutura portuária e de áreas produtivas, tanto em regiões costeiras como em águas profundas, inclusive no desembarque e na escolta de navios mercantes. As ações também visam à proteção de estruturas estratégicas como portos, refinarias e usinas hidrelétricas e nucleares.

Laçador

Simula missões de garantia da integridade territorial, manutenção de patrimônio e proteção de infraestruturas estratégicas em uma área que abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ágata

O exercício dá continuidade à realização das operações na faixa de fronteira do

Brasil, a fim de intensificar as operações interagências, preventivas e repressivas já executadas. A Operação conta com militares da Marinha, do Exército e da FAB e faz parte do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, realizando missões táticas destinadas a coibir delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais.

Combinadas

Fraterno

Realizada em parceria com a Marinha da Argentina, permite melhor relacionamento e conhecimento profissional entre as Marinhas envolvidas e procura aprimorar o nível de adestramento das unidades de cada país.

Bracolper

Realizada há 43 anos pelas Marinhas do Brasil, da Colômbia e do Peru, essa Operação tem como propósito incrementar o nível de treinamento e a integração das unidades fluviais, aeronavais e de fuzileiros navais dessas nações, em prol da segurança comum da região amazônica. Durante a operação, são realizados exercícios navais combinados nas águas de diversos rios, entre eles o Solimões, o Amazonas e o Negro.

Operação Binacional

Tem a missão de realizar Assistência Hospitalar, Patrulhas e Inspecções Navais nos rios Solimões, Içá e Javari, em conjunto com meios da Marinha de Guerra do Peru.

Ácrux

Operação ribeirinha realizada entre Brasil, Argentina e Uruguai, com o propó-

sito de contribuir para o aprestamento dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como para a interoperabilidade entre as Marinhas participantes. Durante os exercícios, são desenvolvidas ações de Controle de Tráfego Fluvial, Assalto Ribeirinho, Operações Especiais, Proteção ao Avanço de Força-Tarefa Ribeirinha e Defesa de Base de Combate Ribeirinha.

Multinacionais

Panamax

Exercício multinacional instituído em 2003 pelos Estados Unidos, Panamá e Chile. Um cenário fictício de crise é gerado nas proximidades do Canal do Panamá, pela ameaça de ataques oriundos de uma organização extremista violenta, afetando a livre navegação e comércio. No contexto, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas promulga uma resolução estabelecendo uma Força Multinacional para restabelecer a segurança da navegação na área marítima adjacente ao Canal.

Felino

Concebida para oferecer treinamento unificado às Forças Armadas dos nove países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Foi

instituída como Força-Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC) e tem como propósito o adestramento integrado dos militares para atuação em missões de paz e de assistência humanitária.

Obangame Express

Realizada na costa da África com o propósito de preparar as Marinhas da República do Congo e de Angola contra as atuais ameaças globais que incidem na região do Golfo da Guiné, como pesca ilegal, tráfico de drogas e armas, sequestro de embarcação e tráfico humano.

De Paz

Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah)

No período de 2004 a 2017, a MB esteve presente na Minustah, que teve início a partir da Resolução 1.542, de 2004, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). No transcorrer da missão foram empregados 26 contin-



Navio de Desembarque de Carros de Combate *Garcia D'Ávila* em missão de paz no Haiti, em 2011

gentes da MB, nucleados em Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, realizando rodízio a cada seis meses. Também foram empregados, durante a missão, navios da Esquadra para o cumprimento de tarefas de apoio logístico aos contingentes. Por meio da Resolução 2.350, de 2017, a ONU encerrou as atividades do componente militar em agosto do mesmo ano.

A estratégia militar da Minustah pautou-se na manutenção de uma constante presença do componente militar em zonas de maior risco, a qual foi concretizada por meio da assunção do controle do terreno, do estabelecimento de postos de controle e da realização de patrulhas motorizadas e a pé. Além disso, foram desencadeadas ações de caráter cívico-social, que incluíam: atendimento médico e odontológico; distribuição de alimentos e roupas; e a manutenção de escolas, visando a conquistar a confiança da população local e contribuir para o processo de pacificação, com especial atenção ao apoio prestado às vítimas do terremoto de 2010 e do Furacão Matthew, em 2016.

Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil)

A Força-Tarefa Marítima (FTM) da United Nations Interim Forces in Lebanon (Unifil) foi criada em 2006 e, atualmente, é composta por navios de seis países (Brasil, Alemanha, Bangladesh, Grécia, Indonésia e Turquia). A FTM cumpre as tarefas de impedir a entrada de armas ilegais nos portos libaneses por meio das Operações de Interdição Marítima (MIO) e capacitar a Marinha libanesa



Fragata *União* em missão de paz no Líbano

para assumir o controle de suas águas jurisdicionais. A MB participa desta missão desde fevereiro de 2011, quando o comando da FTM foi assumido por um contra-almirante brasileiro.

Entre as principais ocorrências desde que o Brasil assumiu a liderança da FTM-Unifil, podemos citar:

- apreensões de dois carregamentos de armas e munições ilegais, conduzidas pela Marinha do Líbano, no porto de Trípoli, em março e maio de 2012;

- em setembro de 2015, em razão de uma rápida ação da Corveta *Barroso*, foi possível o salvamento de 220 pessoas e a sua condução, em segurança, a um porto italiano; e

– em junho de 2016, a Fragata *Independência*, enquanto conduzia patrulha ao largo do porto de Saida (Sidon), na costa sul do Líbano, detectou a presença de uma embarcação suspeita. Posteriormente, foi verificado que transportava 2,5 toneladas de drogas, incluindo cocaína, haxixe e captagon.

O principal exercício do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra: a Operação Dragão

Com a criação da Força Aeronaval, no início da década de 60, e com o aumento dos meios navais vocacionados para a realização de desembarques, teve início uma operação anfíbia que, por sua complexidade, serviria para coroar o ano de adestramento de todo o setor operativo da MB. Esta Operação, conhecida como Dragão, teve sua primeira edição em 1964.

Na região conhecida como Ponta da Fruta, localizada ao sul da cidade de Vitória, Espírito Santo, um Grupamento de Desembarque de Batalhão realizou a primeira Operação Dragão. A Operação contou com a participação do Navio-Aeródromo Ligeiro (NAeL) *Minas Gerais* (então capitânia da Esquadra), do Cruzador *Tamandaré* e do Contratorpedeiro *Paraíba*, entre outros navios. Além

disso, foram utilizadas aeronaves do 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral e embarcações do então Grupo Anfíbio, conhecido nos anos 80 como Grupo de Embarcações de Desembarque (GED). Consolidava-se, assim, o emprego de tropas da Força de Fuzileiros da Esquadra em Operações Anfíbias.

Ao longo dos anos, a Dragão ganhou volume e notoriedade, tornando-se uma das mais famosas e complexas operações da MB por incluir todas as fases de uma Operação Anfíbia: planejamento, embarque, ensaio, travessia e assalto, mobilizando meios Navais, Aeronavais e



Transbordo realizado durante a Operação Dragão de 1973

de Fuzileiros Navais, sendo realizadas 36 edições até o ano de 2001.

Após 15 anos de interrupção, a Operação Dragão retornou em 2016, em sua 37ª edição, e contou com a participação de cerca de dois mil militares, com a estreia do Navio-Doca Multipróposito (NDM) *Bahia* e com as viaturas blindadas sobre rodas Piranha. O exercício ocorreu em conjunto com o Comando em Chefe da Esquadra e foi realizado na área marítima compreendida entre Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em 2017, a Operação aconteceu entre 30 de novembro e 9 de dezembro e envolveu 2.200 militares.

ORDEM DO DIA DA COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DO COMOPNAV

Por ocasião da comemoração dos 50 anos do ComOpNav, em 18 de junho último, o comandante de Operações Navais, Almirante de Esquadra Paulo Cezar de Quadros Küster, emitiu a seguinte Ordem do Dia:

“Há exatos 50 anos, resultado de uma reestruturação do Ministério da Marinha, foi criado o Comando de Operações Navais, juntamente com os demais Órgãos de Direção Setorial.

A criação do Comando de Operações Navais, em 18 de junho de 1968, foi motivada pela mudança da cúpula naval para a jovem capital federal do Brasil. A transferência da estrutura administrativa da Marinha para Brasília impôs o estabelecimento de um Comando Operativo junto ao contingente principal da Esquadra, sediada no Rio de Janeiro, e se configurou como um dos atos de descentralização administrativa da Marinha de Guerra.

Com essa nova Organização, coube ao Comando de Operações Navais a missão de prestar e empregar o Setor Operativo,

Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais subordinadas para a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, o cumprimento das atividades subsidiárias previstas em lei e o apoio à política externa. Dessa forma, este Comando tem dedicado total empenho na manutenção do mais elevado grau de prontidão das Organizações Militares subordinadas, contando com o inestimável apoio dos demais setores da Marinha.

Observando este meio século de história, fruto da dedicação e abnegação dos homens e mulheres componentes deste Comando, evidencia-se não só o excelente desempenho do pessoal nas atividades operativas, como também o constante destaque alcançado pela Marinha perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional. É motivo de extremo regozijo verificar o alto grau de profissionalismo e comprometimento dos marinheiros e fuzileiros navais no cumprimento das numerosas e importantes tarefas que lhes são atribuídas e executadas.

A abrangência e a complexidade das atividades a cargo do Comando de Operações Navais podem ser medidas ao se constatar que, das 395 Organizações Militares da Marinha do Brasil, 274 compõem o Setor Operativo. A preparação para cumprir sua destinação constitucional de defesa da Pátria, na execução de operações e ações de guerra naval, para defesa da soberania e para a dissuasão, propicia uma extraordinária capacidade operativa que pode ser empregada também durante os períodos de paz e em situações de emergência, quando a nação assim o exigir. Dessa forma, tem sido usual que as Marinhas do mundo, em períodos de normalidade, utilizem suas habilitações para desempenhar outras atividades benígnas e de emprego limitado da força.

Como atividades benígnas, enquadram-se, entre outras, as atividades de busca e salvamento, ações cívico-sociais (como o atendimento médico e odontológico prestados por navios da Marinha que operam nas bacias dos rios Amazonas e Paraguai) e o apoio às ações de defesa civil para reduzir os danos provocados pela natureza ou pelo homem. Como exemplo, destaca-se a participação da MB nas enchentes de 2017 que afetaram o Sul do País e no apoio às enchentes de Alagoas e Pernambuco, com o emprego de aeronaves UH-15, médicos e militares. Também foi realizado o Exercício de Apoio à Defesa Civil, simulando um cenário de chuvas intensas em todo o Estado do Rio de Janeiro, envolvendo inundações e deslizamentos de grandes proporções na Região Serrana, bem como um acidente no Complexo Petroquímico do Estado.

Por sua vez, as atividades de emprego limitado da força têm o propósito de implementar e fiscalizar o cumprimento das leis e dos regulamentos brasileiros, adotando instrumentos para prevenir e, se for o caso, reprimir ilícitos como o contrabando/descaminho, a pirataria, o tráfico ilegal de drogas, o tráfico de migrantes e os crimes ambientais contra a fauna, a flora e o meio ambiente, além do cumprimento de acordos internacionais que o Brasil tiver assumido.

No que concerne às Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), os destaques são para a participação da Marinha do Brasil na segurança dos grandes eventos realizados no País, que culminaram nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, e a integração da Marinha do Brasil no Estado-Maior Conjunto do Plano Rio de Janeiro, o qual prevê o emprego de tropas e meios de Fuzileiros Navais em apoio logístico e de inteligência aos órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de

Janeiro, destacando-se as denominadas Operações Furacão. Além disso, com o intuito de garantir o respaldo jurídico das ações da tropa, o Comando de Operações Navais ativou uma Delegacia de Polícia Judiciária Militar.

No âmbito internacional, cabe destacar a participação em Operações de Paz, em especial no desenvolvimento de ações nos contingentes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti e da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano, dando continuidade à longa tradição nacional em atuar em missões de paz daquela Organização. Nos 13 anos de participação da Marinha no Haiti, foram ativados 26 contingentes nucleados em Grupos Operativos de Fuzileiros Navais, os quais contaram com o apoio dos meios da Esquadra cujo esforço logístico foi fundamental para a realização das tarefas. No ano de 2011, diante dos resultados obtidos no processo de estabilização do Haiti, o Brasil passou a liderar a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano, único componente marítimo da Organização das Nações Unidas (ONU), com as tarefas de impedir a entrada de armas ilegais e contrabandos no Líbano, além de contribuir para o treinamento daquela Marinha, de maneira que no futuro possa conduzir suas atribuições de forma autônoma. Nesse período, cabe relembra o resgate de 220 refugiados em setembro de 2015, quando, após receber um alerta do Centro de Busca e Salvamento Marítimo italiano, a Corveta *Barroso* realizou o salvamento daqueles imigrantes, que se encontravam em risco de vida.

Nesta mesma data, comemora-se o quinquagésimo aniversário da criação do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo, que, ao longo de sua existência, fruto da dedicação e *expertise* de seus in-

tegrantes, tem cumprido sua missão com notável profissionalismo no adequado monitoramento de nossas embarcações. Dessa forma, contribui para a segurança do tráfego marítimo de interesse do Brasil e no atendimento a compromissos internacionais assumidos pelo País relativos ao Controle Naval do Tráfego Marítimo.

Assim, diante do surgimento dos novos e complexos cenários que têm afetado o tráfego marítimo, tem-se exigido um maior compartilhamento de informações entre os órgãos nacionais e internacionais que lidam com o monitoramento do tráfego marítimo e que zelam pela segurança marítima mundial. Nesse contexto, o Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo encontra-se em plena transformação, devendo em muito pouco tempo se transformar em um Centro Integrado de Segurança Marítima, com o propósito adicional de fortalecer a consciência situacional marítima nas Águas Jurisdicionais Brasileiras.

Por fim, no momento em que se comemora o Jubileu de Ouro do Comando de Operações Navais e do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo, é justo homenagear e agradecer aos que por essas organizações passaram e cujas realizações muito contribuíram para que estes comandos desempenhassem e continuem a desempenhar a sua grandiosa missão.

Aos meus subordinados de hoje, é com orgulho e extrema satisfação que os concito a se espelharem no exemplo de nossos antecessores, honrando e aperfeiçoando o legado que nos foi confiado e mantendo-nos firmes no propósito de contribuir para um futuro ainda melhor. Ao me congratular com aqueles que labutam no Setor Operativo, conclamo-os a manterem o entusiasmo e o comprometimento, bem como registro o meu orgulho e reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados em prol de nossa Marinha do Brasil”.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ADMINISTRAÇÃO>; Comando de Operações Navais;